



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM
PRACA DOUTOR JOAO MENDES, S/N, São Paulo - SP - CEP 01501-000

SENTENÇA

Processo nº: **1162020-72.2024.8.26.0100**
Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Empresas**
Requerente: -----
Requerido: -----

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Andre Salomon Tudisco**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória ajuizada por ----- contra -----, por meio da qual alega, em síntese, que o primeiro requerido falsificou sua assinatura em documento de alteração contratual da sociedade advocatícia denominada "-----", CNPJ -----, retirando indevidamente o autor do quadro societário. Para reforçar sua alegação, aponta como causa de pedir que: (i) a assinatura no documento de alteração contratual foi falsificada de forma grosseira; (ii) seria impossível que o autor tivesse assinado o documento, pois na data indicada estava em viagem a Salvador/BA, conforme comprovante de passagem aérea; (iii) todas as assinaturas foram feitas do mesmo endereço IP, localizado em São José dos Campos, utilizando email do requerido; e (iv) após a alteração contratual, o requerido fechou a conta da sociedade no Banco do Brasil e desapareceu com o valor de aproximadamente R\$20.000,00. Ao final, pediu a concessão de tutela liminar para cancelar a averbação da alteração contratual, a declaração de nulidade da alteração contratual, rescisão contratual com a retirada do ex-sócio -----, e condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais no valor de R\$50.000,00.

----- apresentou contestação, sustentando preliminarmente a existência de cláusula de compromissória no ato constitutivo da sociedade; e falta de interesse de agir do autor, pois este teria sido notificado pessoalmente acerca das alterações e concordado com sua própria retirada da sociedade. No mérito, argumenta que não há falsificação na assinatura, pois o autor teria fornecido voluntariamente sua senha para assinatura de documentos, além de alegar que o autor tinha ciência e concordou com a própria retirada da sociedade, conforme documento enviado à OAB. Por fim, requereu a extinção do processo sem resolução de mérito ou, subsidiariamente, a improcedência dos pedidos.

O autor apresentou réplica, afirmando que no documento fraudulento consta o foro da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM
PRACA DOUTOR JOAO MENDES, S/N, São Paulo - SP - CEP 01501-000

1162020-72.2024.8.26.0100 - lauda 1

comarca de São Paulo, invalidando a alegação de arbitragem, Diz que nunca desejou sair da sociedade, tendo apresentado documento assinado pelo requerido onde este solicita sua própria retirada. Alega obteve extrato bancário provando que o requerido transferiu para sua conta pessoal o valor de R\$16.300,00 da conta da sociedade. Renovou o pedido de tutela de urgência em razão de contrato público ativo com a Prefeitura de Novo Horizonte/MG.

É o relatório. DECIDO.

Inicialmente, cumpre observar que a matéria controvertida entre as partes é exclusivamente de direito, o que, nos termos do art. 355, inc. I do CPC, autoriza o julgamento antecipado do mérito. Ademais, é cediço que compete ao Magistrado analisar a pertinência da dilação probatória (art. 370, parágrafo único do CPC), indeferindo-se as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Primeiramente, afasto a alegação de existência de cláusula compromissória. Com efeito, até que seja proferida sentença neste processo, deve ser observada o foro de eleição da última alteração. Portanto, deverá ser aplicada a jurisdição estatal.

Aliás, ao arguir a cláusula compromissória, o réu adota comportamento contraditório, pois defende a validade da última alteração contratual.

Além disso, o requerente requereu tutela jurisdicional adequada, necessária e útil, não carecendo do direito de ação.

Afastadas as preliminares, o pedido é procedente.

O sistema jurídico brasileiro tem como princípio e fundamentos a ideia de que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração, conforme previsto nos artigos 113 do Código Civil. Ademais, o artigo 166 do Código Civil determina a nulidade do negócio jurídico, entre outras hipóteses, quando for ilícito seu objeto ou quando houver simulação.

Analisando os documentos juntados aos autos, verifico que existem elementos suficientes para confirmar que a assinatura não foi elaborada pelo requerente.

Primeiro, deve ser indicado que em todos os documentos que foram firmados pelo requerente houve a indicação do e-mail "-----"

Outro elemento relevante é a análise do endereço IP das assinaturas, que indica que tanto a assinatura supostamente feita pelo autor quanto a do requerido foram realizadas do mesmo endereço IP (179.118.232.104), sendo que o autor comprovou que estava em Salvador/BA na data em questão, conforme comprovante de passagem aérea (fls. 6).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM
PRACA DOUTOR JOAO MENDES, S/N, São Paulo - SP - CEP 01501-000

1162020-72.2024.8.26.0100 - lauda 2

A tese do requerido de que o autor teria fornecido voluntariamente sua senha não se sustenta diante do quadro fático, principalmente quando considerado que o autor continua gerindo a empresa, pagando salários e firmando contratos públicos, comportamento absolutamente incompatível com a intenção de retirar-se da sociedade. Aliás, o requerido não juntou qualquer documento comprovando a referida autorização.

O documento em que o requerido solicita sua própria retirada da sociedade (fls. 144-145), datado de 25/06/2024, é anterior à alteração contratual impugnada e demonstra que a intenção original era a saída do requerido, não do autor.

Esclareço que apenas há discussão sobre o documento de fls. 36/43, sendo que os demais não foram registrados.

Por outro lado, o extrato bancário obtido pelo autor no Banco do Brasil (fls. 213) revela que o requerido realizou transferências da conta da sociedade para sua conta pessoal no total de R\$16.300,00, em várias operações entre maio e junho de 2024, pouco antes do encerramento da conta, o que sugere um comportamento irregular.

O contrato firmado com a Prefeitura de Novo Horizonte/MG está em plena execução, com prazos para entrega de serviços em 16/10 e 18/10/2024, o que demonstra que a alteração societária fraudulenta coloca em risco não apenas os interesses da sociedade, mas também da administração pública e de terceiros que dependem dos serviços contratos.

Portanto, o autor não firmou a alteração contratual, sendo nula de pleno direito, devendo ser cancelada sua averbação junto à OAB/SP.

Quanto ao pedido de danos morais, entendo que a falsificação de assinatura com o intuito de excluir indevidamente o autor do quadro societário, somada à apropriação indevida de valores da conta bancária da sociedade, configura dano moral indenizável.

Assim, razoável a fixação de indenização no valor de R\$5.000,00.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, no sentido de:

- a) DECLARAR a nulidade da alteração contratual averbada nos registros da OAB em 30/08/2024 (fls. 36-43), que retirou o autor ----- do quadro societário;
- b) DETERMINAR o cancelamento da averbação da referida alteração contratual junto à OAB/SP;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM
PRACA DOUTOR JOAO MENDES, S/N, São Paulo - SP - CEP 01501-000

1162020-72.2024.8.26.0100 - lauda 3

c) CONDENAR o requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), a ser corrigida monetariamente desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora desde a citação. A atualização monetária deve se dar pelo índice IPCA/IBGE, conforme determinação contida no art. 389, parágrafo único, do CC-02, além de juros de mora de acordo com a taxa legal, isto é, taxa Selic deduzido o índice IPCA-IBGE (cfr. previsão do art. 406, § 1º, do CC-02), nos termos da alteração promovida pela Lei n. 14.905/2024

A parte requerida responderá pelas custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, que determino em 20% sobre o valor da condenação, conforme o art. 85, §§ 2º e 3º, inciso I, do Código de Processo Civil.

Servirá a presente sentença como alvará/mandado/ofício a ser protocolizado pela parte autora na OAB/SP para cancelamento da averbação declarada nula.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, archive-se.

São Paulo, 18 de março de 2025.

LARISSA GASPAR TUNALA
Juíza de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM

PRACA DOUTOR JOAO MENDES, S/N, São Paulo - SP - CEP 01501-000

1162020-72.2024.8.26.0100 - lauda 4